

Resenha

Matrizes da modernidade republicana: cultura política e pensamento educacional no Brasil (ROCHA¹, 2019)

Luís Vaz de Campos Moreira Tourinho**

“Matrizes da modernidade republicana” é um livro baseado na tese de doutorado do autor defendida na USP em 2002, sendo a primeira edição de 2004 e a segunda edição, de 2019, uma versão revisada, atualizada e ampliada. Ele é dividido em três capítulos, além da introdução, da conclusão e do prefácio à segunda edição redigido pelo próprio autor. Neste prefácio é dito que a obra é um trabalho que se enquadra tanto no campo da história intelectual quanto da história conceitual.

Na introdução há a explanação do objetivo do livro:

A intenção desta obra é resgatar os sentidos diversos e contrapostos que assume o ideário educacional, tomando como referência os discursos políticos de figuras de destaque no pensamento social brasileiro, em que o tema educacional nem sempre é o centro de preocupação dos autores, mas no qual a educação se encontra qualificada de alguma forma. (ROCHA, 2019, p. 1-2)

A metodologia utilizada foi o histórico para poder perceber o sentido do texto, confrontando-o com outros textos ou ideários, levando em consideração os diversos contextos históricos produzidos. O trabalho foca nos grandes pensadores, pois, segundo o autor, são reconhecidos como as expressões indiciárias de contextos históricos, políticos e culturais. Além disso, ao longo desta parte do livro, foi-se delineando as definições dos conceitos utilizados. Por exemplo, a cultura política (ou “fazer político”) de cada período, ou geração, é chamada de matriz. A discussão sobre a questão da soberania significa que tipo de relação o Estado teria com a dita sociedade civil.

No primeiro capítulo, intitulado “A cultura política republicana, o contraponto monárquico e a geração dos críticos republicanos”, foi buscado caracterizar um fazer político republicano em contraposição com a matriz imperial. O fazer político republicano teria como as suas duas grandes questões: 1) a exigência da incorporação do *demos* (i.e. do povo), como condição de legitimação da ordem pública; 2) a ideia de *insuficiência* do povo para o exercício da *cidadania*. Esta matriz se manifestaria em dois modelos, seja no de Campos Sales (a famosa “política dos governadores”), seja no que se contrapõe ao primeiro, denominado de “geração

¹ Autor do texto “Matrizes da modernidade republicana: cultura política e pensamento educacional no Brasil”, Marlos Bessa Mendes da Rocha é professor associado da Universidade Federal de Juiz de Fora (aposentado). Doutor em educação (história e filosofia) pela Universidade de São Paulo. Mestre em ciência política pela Universidade Estadual de Campinas. Graduado em ciências sociais pela Universidade Federal Fluminense. Coordenou o Grupo de Pesquisa em História da Educação (Faculdade de Educação - UFJF) entre 2006 e 2015. Autor do livro: Educação conformada: política pública de educação no Brasil - 1930/1945 (Juiz de Fora: UFJF/INEP, 2000).

** Autor da Resenha, Luís Vaz de Campos Moreira Tourinho é Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e mestrando em Educação pela Universidade Católica de Petrópolis (UCP), R.J., Brasil; E-mail: luismourinho@hotmail.com

dos críticos republicanos”, tendo como alguns de seus membros Alberto Torres e Oliveira Vianna.

Se no Império temos duas grandes figuras que encarnam visões de mundo diferentes – o Visconde de Uruguai, representante da visão centralizadora e conservadora, e Tavares Bastos, representante liberal e emancipador – há o surgimento de uma nova matriz com a crise do Gabinete Zacarias e da Liga Progressista, em 1868, denominada de ilustração brasileira, de inspiração liberal, e seria a transição para as matrizes republicanas. Com a matriz do fazer político da República, o modelo de Campos Sales conteria três aspectos: 1) o predomínio de uma ordem social fundamentada nas relações de interesse dos atores dominantes; 2) a atribuição de direitos não aos indivíduos, mas aos potentados locais; 3) concepção de política pública de caráter técnico-administrativo, ascética, isenta de paixões. O resultado disso foi o fortalecimento de uma república oligárquica, que formalmente se dizia democrática, mas que na prática era excludente.

O segundo capítulo, “A ‘ilustração brasileira’ e a geração dos críticos republicanos”, dá uma ênfase na explicação da “geração dos críticos republicanos”, considerado pelo autor uma categoria analítica, citando outros pensadores, vide Vicente Licínio Cardoso. Esse modelo surgiu como contraposição tanto à geração denominada “ilustração brasileira”, no qual se enquadram vários intelectuais do final do Império e das primeiras décadas da República como Ruy Barbosa, quanto ao modelo de estabilidade inaugurado por Campos Sales.

Deve-se acrescentar que o autor identifica quando o fator educação se torna importante à participação política no Brasil: a reforma eleitoral de 1881 (também conhecida de Reforma Saraiva, por conta do baiano Conselheiro Antônio Saraiva). Isso se deve à inserção do critério alfabetização para poder votar. É esse critério que legitimou o discurso tanto da “ilustração brasileira” quanto dos primeiros republicanos para marginalizar “temporariamente” o povo da participação política, pois este seria “ignorante” e só com a educação necessária teria consciência o suficiente para agir politicamente. A diferença entre esses diversos modelos é que os “críticos republicanos” tentaram buscar uma maior expansão da escolaridade, mesmo fracassando. Em outras palavras, a I República (1889-1930) foi oligárquica pelo fato de marginalizar o povo da participação política com o argumento de falta de escolaridade, ao mesmo tempo que não investia efetivamente em políticas públicas de expansão educacional, retroalimentando o sistema.

Ao final do mesmo capítulo, o autor mostra que ao longo da década de 1920 foi surgindo uma junção da “geração dos críticos republicanos” com o que ele denominou de “criticismo republicano paulista” (neste último grupo pode-se citar Júlio de Mesquita Filho, diretor do jornal O Estado de S. Paulo, como um dos integrantes), resultando em uma fusão local paulista e fluminense que foi causada a partir da reforma de ensino no Distrito Federal (1927-1930), promovida por Fernando de Azevedo. A importância dessa reforma se deve ao fato dela conter três princípios: 1) da comunidade; 2) da escola única; 3) da escola do trabalho. Ou seja, esse deslocamento seria uma transição para uma nova matriz republicana: a dos pioneiros da educação. Além disso, é na década de 1920 que fica mais enfático o papel transformador da escola no meio social.

O capítulo terceiro, “Os pioneiros da educação e a nova matriz da modernidade”, centraliza-se no debate educacional ocorrido nos anos 1930, principalmente até a demissão de

Anísio Teixeira da Secretaria de Educação do Distrito Federal em 1935. Conta também o surgimento do novo ator social, os “pioneiros da educação”, como alternativa aos modelos político-culturais vigentes, inclusive em contraposição à geração que lhe deu a vida: os críticos republicanos. Essa nova matriz seria caracterizada por uma concepção educacional de caráter moderno, individualista e igualitária, baseada em uma concepção de nação que não se fundamenta no poder e estaria em disputa com outras matrizes, por exemplo, com a católica, tendo o grande local de debate a Associação Brasileira de Educação (ABE), criada em 1924. Inclusive, uma das questões levantadas pelo autor no livro foi o motivo de grupos diversos ficarem tanto tempo juntos dentro de uma instituição como a ABE.

Para o autor os “pioneiros da educação” nasceram a partir de sua primeira anúncio. Ela teria se dado com a intervenção de Carlos Alberto Nóbrega da Cunha, jornalista e colaborador de Fernando de Azevedo na reforma educacional do Distrito Federal, na IV Conferência Nacional de Educação, realizada no Rio de Janeiro, em dezembro de 1931. Os pioneiros além de criticarem a visão católica, também eram contra as políticas educacionais do governo de caráter modernizante e ditatorial, gerando fortes desgastes. Um exemplo dessa disputa é a crítica de Nóbrega da Cunha às medidas de Francisco Campos. No final das contas, os pioneiros expressaram um ideário alternativo, em diálogo com a diversidade, que contrariou políticas e ideologias modernizantes de imposição cultural, nas quais os modelos do que é considerado moderno vêm prontos e acabados. Entretanto, ambos tinham em comum que a estatização da escola fosse uma tendência moderna a ser buscada. Por fim, o autor realça que os escolanovistas não eram liberais e que o grupo não era homogêneo, vide diversas divergências entre Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira.

Ao longo do livro se percebe que a relação política-educação aumenta com o passar dos anos. A cada nova matriz, maior é o peso dado à educação e é defendida a sua capacidade de transformação da sociedade, inclusive no âmbito político. Ou seja, se na época do Império as discussões tinham como foco as reformas políticas, na década de 1930 as reformas educacionais já têm um peso enorme.

É por conta disso que o autor acredita que o instrumental de reflexão realizado no livro seja útil para uma maior percepção contemporânea de ideologias e práticas educacionais existentes nos discursos político-educacionais dos dias de hoje.

Em outras palavras, pode-se dizer que o passado está mais vivo do que nunca e tem muito a nos dizer. O autor conclui o livro dizendo que “a política não é obtenção de metas, mas construção de autores”, e que a construção da modernidade não é uma simples linha reta, pois há diversas alternativas de modernidades.

Referência

ROCHA, M. B. M. **Matrizes da modernidade republicana**: cultura política e pensamento educacional no Brasil. 2 ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2019 (Coleção educação contemporânea).